

Imigração, Negócios e Poder: promoção social e projeção política dos imigrantes portugueses na sociedade carioca, 1850-1870

Paula Leitão Cypriano*

Resumo: Na segunda metade do oitocentos, o comércio tornou-se o principal meio de enriquecimento do imigrante português. Através do cruzamento dos registros de comerciantes matriculados no Tribunal do Comércio do Rio de Janeiro, passaportes apresentados à polícia e dados do Almanak Laemmert, buscamos analisar as relações entre imigração e poder, partindo da projeção política dos comerciantes portugueses na sociedade carioca.

Palavras-chave: História das Relações Internacionais – Migrações Internacionais – Imigração Portuguesa

Abstract: In the second half of Eighteenth Century, the commerce became the principal way of enrichment of the Portuguese immigrant. Trough cross the registers of traders at the Tribunal of Trade of Rio de Janeiro, passports presented to the police and the Almanak Laemmert's data, we analyzed the relations between immigration and power from political projection of Portuguese immigrants in the carioca society.

Key-words: History of International Relations – International Migrations – Portuguese Immigration.

A e/imigração¹ portuguesa para o Brasil na segunda metade do século XIX deve ser compreendida no âmbito das transformações suscitadas pela expansão do liberalismo político e comercial a todo o Ocidente, possível graças à difusão dos valores e regras de conduta da sociedade internacional européia.

Neste momento, consolidou-se uma teia de interações que configuraram uma ordem internacional edificada sobre os pilares políticos da revolução francesa e do império napoleônico e econômico da revolução industrial. O oitocentos foi marcado, assim, pela

* Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista CAPES desde março de 2008.

¹ O (e)imigrante é considerado aqui, conforme as perspectivas de Pierre Renouvin e Lená Menezes, como aquele que atravessa livremente as fronteiras nacionais para se fixar em terra estrangeira. Ver RENOUVIN, Pierre e DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difel, 1967. MENEZES, Lená Medeiros de. "Movimentos Migratórios: resgate necessário nas Relações Internacionais" In: Mônica Leite Lessa e Williams Gonçalves (org.). *História das Relações Internacionais: teorias e processos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

construção do mundo liberal e pela ampliação do comércio mundial, com a integração dos países periféricos à economia internacional pela via do liberalismo comercial.

Ao avançar por países preponderantemente agrários, o processo de ‘mundialização’ da sociedade urbana e industrial causou profundos impactos sobre a vida e as perspectivas das pessoas. Seus efeitos repercutiram nas estruturas econômico-produtivas e sociais nos países do Velho Continente bem como do Novo Mundo. No Brasil e em Portugal, esses reflexos assumiram feições distintas, tendo em vista suas especificidades internas e diferentes formas de inserção no cenário internacional.

No caso de Portugal, a adequação da agricultura aos moldes capitalistas resultou em profundos problemas sociais no campo. A mecanização ocorreu, sobretudo, na região sul do país, organizada em latifúndios voltados para a grande agricultura comercial. Ao desemprego gerado pela introdução das máquinas, somou-se o crescimento populacional decorrente da adoção de medidas sanitárias que contribuíam para o aumento da natalidade e a estabilização dos índices de mortalidade. Conjugados, esses fatores provocaram a intensificação das pressões demográficas sobre a terra, principalmente no norte do país, onde prevaleciam as pequenas propriedades agrícolas de exploração familiar. As condições de trabalho e de vida no campo foram sensivelmente alteradas, com a sucessiva fragmentação da terra tornando-a, inúmeras vezes, economicamente inviável.

Ademais, a tradicional estrutura socioeconômica portuguesa sofreu mudanças em decorrência da extinção dos vínculos feudais, empreendida no bojo das reformas liberais. Esse conjunto de mudanças facilitou a exploração rural capitalista e provocou o declínio do padrão de vida no campo. A situação agravava-se pela letargia do crescimento urbano em Portugal, transformando a emigração em solução, a partir do exemplo dos ‘brasileiros’, como eram chamados os emigrantes que retornavam da ex-colônia enriquecidos.

O Brasil, por sua vez, integrou-se à economia internacional como destino atraente para os capitais evadidos das metrópoles capitalistas. Os investimentos estrangeiros captados no país destinavam-se principalmente à instalação de infra-estrutura para o comércio exterior ou aos serviços de utilidade pública.

Sob o imperialismo, assim, o aumento das exportações brasileiras de produtos primários foi acompanhado pela expansão dos setores de transportes, telecomunicações e serviços públicos urbanos, financiados pelos países capitalistas centrais. Além disso, a penetração do capitalismo nas sociedades tradicionais suscitou, em termos culturais, a consolidação da hegemonia européia com base nos ideais de progresso e civilização, inspirando modos de vida, costumes e formas de pensar.

No compasso da entrada do Brasil no circuito econômico internacional, tiveram início os processos de modernização e urbanização das principais cidades, com destaque para o Rio de Janeiro, onde se articulavam a vida política, os negócios e as finanças, sendo também o principal centro de interação cultural com a Europa. Na capital do Império, onde os salários eram os mais altos do país, a ampliação das perspectivas geradas principalmente pelo crescimento e pela diversificação das oportunidades de trabalho atraiu os que buscavam condições de vida melhores do que aquelas oferecidas em terra natal.

A imigração urbana beneficiou-se da expansão econômica vivida pela cidade graças à liberação de capital propiciada pelo fim do tráfico negreiro, em 1850, e à projeção do café no mercado internacional. Por outro lado, o contato direto entre o porto da capital do Império e os portos europeus transformou a cidade na porta de entrada do país, atraindo migrações internas e externas.

Como resultado do desenvolvimento urbano, multiplicaram-se as possibilidades para aqueles que buscavam começar uma vida nova inserindo-se no crescente mercado de trabalho assalariado. Nesse contexto, as relações entre imigração e negócios estreitavam-se na medida em que os vínculos entre trabalho, poupança e promoção social eram possibilidade real em uma cidade que se expandia e modernizava, tendo no comércio um de seus motores.

Os portugueses representavam o mais expressivo contingente de imigrantes na capital durante todo o século XIX e, principalmente, durante sua segunda metade. Como ressalta Leite, as explicações para tal afluxo não podem concentrar-se apenas nos fatores inerentes à realidade no país de origem:

As condições nos países de origem são sempre importantes: a sincronização à chegada dos movimentos migratórios não nega a pobreza das condições à partida, demonstra apenas que, apesar das dificuldades nas suas terras de origem os potenciais imigrantes conseguem esperar o melhor momento para atravessar o oceano. Isto equivale a negar (...) o desespero cego de sua condição, confirmando uma ponderação de riscos e oportunidades que só seria possível com a disponibilidade de informação adequada.(LEITE, 2000:184)

A imagem do Brasil como opção às limitações econômicas sentidas em Portugal, presente no imaginário português desde os tempos coloniais, colaborou para acalantar os sonhos que motivaram a vinda desses imigrantes. O passado comum e os frequentes deslocamentos populacionais entre Portugal e Brasil exerceram um papel fundamental no conhecimento do ‘outro’ (cf. DUROSELLE, 2000), contribuindo tanto para a formação de redes sociais de acolhimento, que facilitavam a integração no país de destino, quanto para a

difusão de informações sobre as possibilidades do outro lado do Atlântico, e influenciando a decisão da partida.

A relação entre os imigrantes portugueses e o comércio foi permeada pelos nexos estabelecidos entre poder e negócios, expressos exemplarmente pela intervenção e controle da atividade comercial por parte do Estado, a partir da entrada em vigor do Código Comercial de 1850, que regulamentou a mercancia e os atos de comércio praticados por estrangeiros.²

O Código extinguiu o poder da Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, criada em 1755, para nortear as atividades econômicas em Portugal e em suas colônias, e implementada no Brasil por ocasião da transferência da Corte Portuguesa. Com a entrada em vigor da nova legislação, criou-se uma série de prerrogativas disponíveis apenas aos comerciantes registrados em um dos Tribunais do Comércio.³

A necessidade da matrícula foi flexibilizada, na prática, pelos decretos complementares ao Código. Surgiam duas categorias de comerciantes:

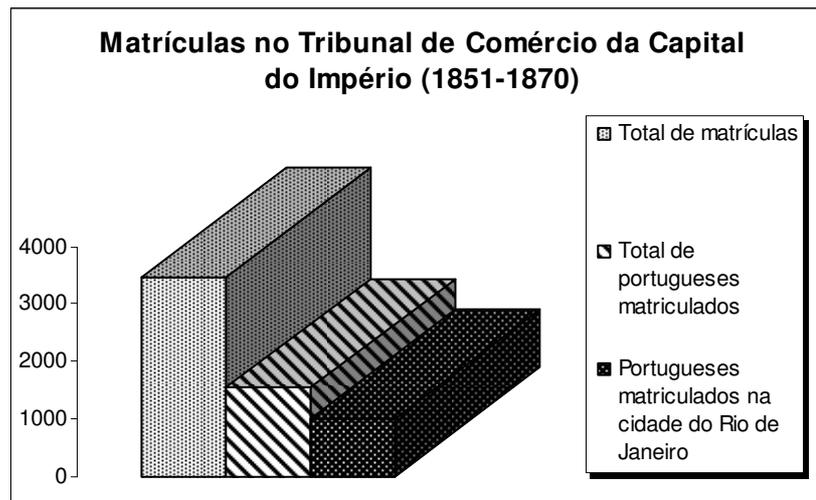
(...) o 'comerciante de direito', que tinha o reconhecimento da lei e gozava das prerrogativas daí resultantes, e o 'comerciante de fato', que se submetia às obrigações decorrentes de sua atividade, não podendo contar, entretanto, com a proteção legal. (MENEZES; CYPRIANO, 2007)

Dentre os que optaram por matricular-se no Tribunal de Comércio da Capital, os portugueses representaram uma parcela significativa. Entre 1851 e 1870, em um conjunto de 3.474 registros, 1.550 matrículas foram concedidas a comerciantes portugueses, dentre os quais 1.018 tinham seu estabelecimento na cidade do Rio de Janeiro.⁴

² A década de 1850 ficaria marcada por importantes avanços legais e mudanças econômicas vitais à implantação de um capitalismo dependente e periférico. Para além do Código Comercial (1850), foram implementadas as Leis Eusébio de Queirós (1850) e Nabuco de Araújo (1854) que, extinguindo o tráfico negreiro, disponibilizaram os capitais necessários ao aparelhamento urbano. Por outro, a Lei de Terras (1850) tornou a propriedade fundiária uma mercadoria a ser adquirida no mercado.

³ Os Tribunais de Comércio foram regulamentados pelo Decreto 738 de 25 de novembro de 1850, que definiu seu funcionamento, competências e competências de seus membros. A matrícula dos comerciantes era atribuição exclusiva dos Tribunais, presentes na Capital do Império, Bahia, Pernambuco e Maranhão.

⁴ Não foi possível identificar a participação de portugueses nas matrículas concedidas a firmas sociais, por não constar, na maioria das vezes, a naturalidade dos sócios. Referimo-nos, portanto, apenas aos portugueses que se declararam individualmente.



Considerando que muitos desses indivíduos tenham chegado ao Brasil quando contavam dos 14 aos 18 anos, a análise da composição etária no momento do registro confirma uma tendência marcante da imigração portuguesa: a da imigração de jovens caixeiros. Transformados de empregados em patrões, estes comerciantes levavam cerca de 20 anos para obterem matrícula e concentravam-se majoritariamente nos setores de ‘fazendas e roupas feitas’, ‘comissões e descontos’ e ‘secos e molhados’, com a primazia do atacado sobre o varejo.

As razões para esta prevalência estavam mais relacionadas às formalidades exigidas no ato da matrícula do que à distribuição efetiva dos comerciantes portugueses no espaço urbano, dominado pelas lojas de varejo. De fato, os critérios estipulados para a aplicação do Código impunham dificuldades ao registro dos varejistas, geralmente donos de negócios de contornos familiares. (VIEIRA, 1985:32-34)

A necessidade de atender aos requisitos de clareza e uniformidade na contabilidade e escrituração dos negócios privilegiava os comerciantes com maiores capitais, contribuindo para que os quadros de matrícula do Tribunal de Comércio fossem preenchidos por uma verdadeira aristocracia mercantil, da qual os portugueses eram parte expressiva. (cf. MENEZES; CYPRIANO, 2007) Integrar essa aristocracia imigrante, no entanto, não pressupunha ter chegado ao Brasil em condições de abrir o próprio negócio. Em muitos casos, a combinação entre trabalho e poupança tornou possível materializar o sonho da ascensão social.

Como principal meio de enriquecimento dos imigrantes portugueses, o comércio sustentou os vínculos entre imigração e poder, pois possibilitou a obtenção de títulos nobiliárquicos que traduziram a prosperidade econômica em prestígio social e projeção política. Alguns ocuparam posições destacadas na sociedade carioca, assim como nas cidades

ou vilas onde nasceram, tornando-se exemplos de sucesso a serem seguidos por seus compatriotas. Este prestígio pode ser medido pelos títulos e honrarias com que foram agraciados pelo Império Brasileiro e pela Monarquia Portuguesa.

O cruzamento dos registros de matrícula com a relação de comerciantes estrangeiros do Almanak Laemmert permitiu identificar um conjunto de 64 nomes nobilitados entre os 1.018 portugueses matriculados com negócio estabelecido na cidade de 1851 a 1870. A interseção destes dados com os documentos referentes à apresentação de passaportes à polícia tornou possível reconstruir algumas trajetórias que nos parecem extremamente significativas, revelando certas tendências no conjunto.

Natural do Porto, Victorino Pinto de Sá Passos chegou ao Brasil em 1838. Tinha 22 anos e estava empregado como caixeiro na Rua de São Pedro, n° 42, quando apresentou seu passaporte à Polícia em 14 de abril de 1841. Após 13 anos de residência no país, registrou-se no Tribunal de Comércio do Rio de Janeiro. Contava então 31 anos e estava estabelecido com comércio de grosso trato de comissões no mesmo endereço em que iniciara sua carreira de comerciante como caixeiro.⁵ Entre os anos de 1852 e 1854 adquiriu os títulos de Cavaleiro e Comendador da Ordem de Nossa Senhora de Vila Viçosa, ordem dinástica portuguesa normalmente atribuída a membros da nobreza.⁶

Aos 38 anos havia, portanto, realizado o sonho que o motivara a deixar seu país. Caso não tenha recebido nenhum auxílio extra de capital ou uma eventual herança, foi seu próprio esforço, em anos e anos de trabalho, que permitiu a ascensão sonhada. Manteve seu negócio aberto até o ano de 1869, tendo viajado para a Europa em 1861 e 1862.

Henrique José Caminha registrou-se no Tribunal do Comércio em 2 de junho de 1851, aos 31 anos, com loja de couro por atacado e a varejo situada na Rua da Alfândega n° 67. Havia chegado ao Brasil há 14 anos, com apenas 16 anos de idade, tendo apresentado seu passaporte à Polícia em 1° de agosto de 1837. Veio do Porto e empregou-se como caixeiro, em uma loja situada na Rua da Quitanda, n° 78.⁷ Em 1854, havia sido condecorado Oficial da Ordem da Rosa, ordem honorífica brasileira que costumava ser atribuída a militares e civis, nacionais e estrangeiros, que se distinguissem por sua fidelidade à pessoa do Imperador e por

⁵ ARQUIVO NACIONAL. Polícia – Passaportes e passes, código 381, microfilme 031/01; Série Indústria e Comércio – Comércio: Junta e Tribunal/9x – IC³57 / fl. 5 v.

⁶ ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (1850 a 1870) Rio de Janeiro: Eduardo Laemmert. Almanak – Seção de Negociantes Estrangeiros.

⁷ ARQUIVO NACIONAL. Série Indústria e Comércio – Comércio: Junta e Tribunal/9x – IC³57 / fl. 58 v.; Polícia – Passaportes e passes, código 381, microfilme 008/01.

serviços prestados ao Estado. Em 1859 seu negócio entrou em liquidação, tendo sido, ao que tudo indica, arrebatado por um sócio.⁸

Joaquim Manoel Monteiro nos oferece o último exemplo. Quando apresentou seu passaporte à polícia, em 21 de abril de 1830, tinha 29 anos e era solteiro. Viera do Porto cerca de três meses antes e empregara-se como caixeiro em estabelecimento de João Lopes da Silva Couto. Decorridos 21 anos, matriculou-se como comerciante de grosso trato de café com estabelecimento na Rua de São Bento, nº 11.⁹ Em 1852, adotou o título de Barão da Estrela, com que fora agraciado por D. Maria II de Portugal. Caso não se trate de mera coincidência, é possível que este título, criado em seu favor, estivesse relacionado à participação na construção do Passeio da Estrela, inaugurado em Lisboa no mesmo ano de 1852, para a qual contribuiu um generoso donativo.¹⁰ O jardim tornou-se uma das principais atrações da capital do reino português durante a segunda metade do século XIX.

Em sua trajetória como negociante no Brasil, foi nomeado pelo governo português Cavaleiro da Ordem de N. S. da Conceição de Vila Viçosa, Cavaleiro da Real Ordem de Cristo – antiga ordem militar concedida por destacados serviços prestados no exercício das funções em cargos de soberania ou administração pública –, e Comendador da “muito nobre e antiga” Ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito – atribuída por méritos excepcionalmente relevantes no exercício de funções, heroísmo militar e cívico ou por sacrifícios pela Pátria e Humanidade. A extensa lista de condecorações indica a posição de destaque alcançada junto à Coroa portuguesa por este indivíduo, que havia chegado ao Brasil como caixeiro.

Também gozava de prestígio junto ao governo brasileiro, tendo sido designado Comendador da Imperial Ordem de Cristo e Dignitário da Ordem da Rosa. Foi ainda Guarda Roupas da Real Câmara de Sua Majestade Fidelíssima, conforme anunciado em 1865 no Almanak Laemmert. Tornou-se Visconde e, em 1870, coroava sua bem-sucedida jornada ao adquirir o título de Conde da Estrela.¹¹

⁸ ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (1850 a 1870) Rio de Janeiro: Eduardo Laemmert. Almanak – Seção de Negociantes Estrangeiros.

⁹ ARQUIVO NACIONAL. Polícia – Passaportes e passes, código 381, microfilme 004/01; Série Indústria e Comércio – Comércio: Junta e Tribunal/9x – IC³57 / fl.3 v.

¹⁰ As informações sobre o Passeio da Estrela, como era chamado o Jardim da Estrela no século XIX, foram retiradas do site da Câmara Municipal de Lisboa. <http://www.cm-lisboa.pt/?id_categoria=77&id_item=14132>

¹¹ ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (1850 a 1870) Rio de Janeiro: Eduardo Laemmert. Almanak – Seção de Negociantes Estrangeiros.

Nesta pequena amostra obtida pelo cotejamento das fontes, constatamos uma situação semelhante: a) todos eram jovens caixeiros no momento da chegada e despenderam cerca de duas décadas de suas vidas para se transformarem em importantes homens de negócios; b) todos eles chegaram à cidade sabendo escrever, haja vista terem assinado os documentos de apresentação de passaporte.

Isto corrobora a tese do historiador português Henrique Rodrigues que, ao estudar a relação entre emigração e alfabetização entre 1835 e 1860, identificou a ocorrência de um incremento da instrução particular com o objetivo de dar aos futuros emigrantes as habilitações necessárias para o desempenho de atividades de apoio ao comércio. Assim sendo, tratava-se de um “grupo formado pelos quadros do melhor quilate, que seguiam com um projeto bem traçado e com a segurança necessária para triunfarem”, aproveitando o momento vivido pela economia da capital do Império. (RODRIGUES, 1994:85)

O triunfo econômico abria as portas para o protagonismo político dos membros de uma elite mercantil lusitana que, pela importância adquirida perante os governos de Brasil e Portugal como representantes dos interesses de seus conterrâneos em solo brasileiro, atuavam como agentes dinâmicos nas relações bilaterais.¹² (MILZA, 1988:131-134) Essa dimensão do papel desempenhado pelo setor mercantil da comunidade de imigrantes ficou expressa no decreto português de 9 de setembro de 1869, que “criou junto dos diferentes consulados portugueses neste Império comissões consultivas tiradas da classe comercial” no intuito de “revestir de sólidas garantias os legítimos interesses dos seus compatriotas no Brasil”.¹³

Os membros nomeados para a primeira comissão consultiva do Consulado Geral de Portugal no Rio de Janeiro, em 1870, foram o já mencionado Conde da Estrela (Joaquim Manoel Monteiro), o Conde de S. Mamede (Rodrigo Pereira Felício) e o Conselheiro João José dos Reis. Selecionados dentre os mais eminentes representantes da elite mercantil portuguesa no Brasil, todos haviam se matriculado no Tribunal de Comércio na década de 1850.

Os resultados preliminares da análise documental apontam, portanto, para a existência de uma elite mercantil portuguesa na cidade do Rio de Janeiro que se constituiu a partir da

¹² A presença no país de súditos portugueses enriquecidos era tão significativa que atraiu os esforços diplomáticos dos dois Estados para as questões da arrecadação e administração das heranças de portugueses falecidos no Brasil, e da crescente remessa de recursos às famílias dos imigrantes, cujas proporções permitiriam a Portugal equilibrar sua balança de pagamentos de 1870 em diante. Para além desses aspectos, os portugueses que se instalaram na ex-colônia representavam um significativo mercado consumidor para os produtos lusitanos. Desse modo, a emigração para o Brasil passou a ser vista pelo governo português como um canal promissor para a ampliação do comércio bilateral.

¹³ ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para o anno de 1870*. Rio de Janeiro: Eduardo Laemmert, 1870, p. 174.

inserção de jovens caixeiros no florescente mercado comercial da capital do Império. As possibilidades de trabalho oferecidas pelo comércio permitiram a esses jovens, aparentemente preparados em terra natal para as atividades que viriam a desempenhar no Brasil, realizar o sonho de tornar-se dono de seu próprio estabelecimento. A ascensão econômica permitia aos mais bem-sucedidos adquirir prestígio e projetar-se politicamente na sociedade, o que pode ser notado pela aquisição de honrarias e títulos de nobreza, bem como pela ocupação de cargos representativos dos demais imigrantes portugueses junto ao governo brasileiro.

Fontes:

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (1850 a 1870) Rio de Janeiro: Eduardo Laemmert. Almanak – Seção de Negociantes Estrangeiros.

ARQUIVO NACIONAL. *Passaportes e passes* (1831 a 1842). Polícia da Corte – código 381 (16 vol.)

ARQUIVO NACIONAL. *Registro de matrícula dos comerciantes* (1851 a 1870). Série Indústria e Comércio – Comércio: Junta e Tribunal. IC³57; IC³40; IC³101; IC³9.

Referências Bibliográficas:

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo Império Perecerá*. Brasília: EdUnB /São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

LEITE, Joaquim da Costa. “O Brasil e a Emigração Portuguesa (1855-1914)”. In: Boris Fausto (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 2000.

MENEZES, Lená Medeiros de. “Movimentos Migratórios: resgate necessário nas Relações Internacionais” In: Mônica Leite Lessa e Williams Gonçalves (org.). *História das Relações Internacionais: teorias e processos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

MENEZES, Lená Medeiros de; CYPRIANO, Paula Leitão. “Imigração e Negócios: comerciantes portugueses segundo os registros do Tribunal de Comércio da Capital do Império (1851-1870)”. *III Seminário Internacional de E/Imigração Portuguesa*. PUC/SP – UNISANTOS, 2007.

MILZA, Pierre. “La migration internationale : un enjeu épistémologique ?”. In: *Relations Internationales*. N. 54, été 1988.

RENOUVIN, Pierre e DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difel, 1967.

RODRIGUES, Henrique. *Emigração e Alfabetização: o Alto Minho e a miragem no Brasil*. Viana do Castelo: Oeiras, 1994.

VIEIRA, Rubenita. *Tribunal do Comércio: modernização e imobilismos (1851-1889)*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1985. Dissertação (Mestrado em História).